

Caracterização do arranjo produtivo local das agroindústrias familiares do Vale do Taquari, no estado do Rio Grande do Sul

Tatiane Jéssica Siebeneichler¹

Eliane Maria Kolchinski²

Voltaire Sant'Anna³

Elaine Biondo⁴

RESUMO

A região do Vale do Taquari, no estado do Rio Grande do Sul, tem sua base econômica e social na agricultura familiar e agroindustrialização de alimentos. Em razão da aglomeração produtiva, em agosto de 2013 o arranjo produtivo local das agroindústrias familiares do Vale do Taquari (APL) foi enquadrado no Programa Estadual de Fortalecimento das Cadeias e Arranjos Produtivos Locais. O presente trabalho teve como objetivo analisar as características das agroindústrias e condições determinantes para a sustentabilidade do APL. O estudo compreendeu os 13 municípios do APL, nos quais foram entrevistados os representantes de 46 agroindústrias. Observou-se grande diversificação de produtos locais comercializados principalmente na região e no Estado. A atividade agroindustrial é importante alternativa de trabalho e geração de renda nas propriedades familiares, o que pode contribuir para a permanência dos jovens no meio rural, entre os quais 65% declararam que essa atividade é a principal fonte de renda. Observou-se que 60% da mão de obra das agroindústrias é feminina. A falta de mão de obra e de matéria-prima para o processo produtivo foram as principais dificuldades apontadas. As agroindústrias na região do Vale do Taquari são uma importante fonte de renda, têm papel importante na reprodução social e de desenvolvimento rural na região e agem positivamente sobre inúmeros aspectos.

Termos para indexação: agricultura familiar, desenvolvimento rural, geração de renda.

Characterization of local productive arrangement of the family agro-industries of Vale do Taquari, in Rio Grande do Sul state, Brazil

ABSTRACT

The Vale do Taquari region, in Rio Grande do Sul state, Brazil, has its economic and social bases in family farming and agro-industrialization of food. Considering the productive agglomeration, in August 2013 the local productive arrangement of family agro-industries of Vale do Taquari (APL) was included in the state program for the strengthening of chains and local productive arrangements (Programa Estadual de Fortalecimento das Cadeias e Arranjos Produtivos Locais). The present work aimed to analyze the characteristics of agro-industries, and the determining conditions for the sustainability of the APL. The study comprised the 13 municipalities of the APL region in which the representatives

¹ Cientista de alimentos, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia de Alimentos da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), RS. tatijs1@hotmail.com.

² Engenheira agrônoma, doutora em Agronomia, professora da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs), Campus Encantado, RS. eliane-kolchinski@uergs.edu.br.

³ Engenheiro de alimentos, doutor em Engenharia Química, professor da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs), Campus Encantado, RS. voltaire-santanna@uergs.edu.br.

⁴ Bióloga, doutora em Botânica, professora da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs), Campus Encantado, RS. elaine-biondo@uergs.edu.br.

Ideias centrais

- Estudo das condições determinantes para a sustentabilidade do arranjo produtivo local da região do Vale do Taquari (RS)
- Importância da atividade agroindustrial como alternativa de trabalho e geração de renda nas propriedades familiares
- Análise das dificuldades para o processo de desenvolvimento do arranjo produtivo local

Recebido em
26/07/2019

Aprovado em
07/08/2019

Publicado em
18/10/2019



This article is published in Open Access under the Creative Commons Attribution licence, which allows use, distribution, and reproduction in any medium, without restrictions, as long as the original work is correctly cited.

of 46 familiar agro-industries were interviewed. A great diversification was observed for the local which are marketed mainly in the region and in the State. The agro-industrial activity is an important alternative of work and income generation in the family properties – which can contribute to the permanence of young people in rural areas –, from whom 65% stated that this activity is the main source of income. Sixty percent of the agro-industry manpower is female. The lack of manpower and raw material for the production process were the main difficulties pointed out. The agro-industries in the Vale do Taquari region are an important source of income and play an essential role in social reproduction and rural development in the region, acting positively on countless aspects.

Index terms: family farming, income generation, rural development.

INTRODUÇÃO

O Vale do Taquari está localizado na região central do Rio Grande do Sul e, segundo a área de abrangência do Conselho Regional de Desenvolvimento (Corede), é constituído por 36 municípios, ocupando aproximadamente 2% do território do Estado (4.826,4 km²) (FEE, 2015). Tem cerca de 364 mil habitantes (FEE, 2017), dos quais 26% reside no meio rural, o que é superior à média do Estado, que corresponde a 14,9% (IBGE, 2010).

A região tem suas bases econômica e social na agroindustrialização de alimentos e na produção rural familiar. Apresenta em torno de 23 mil estabelecimentos de agricultura familiar, com tamanho médio das propriedades de 13 hectares (IBGE, 2010). Caracteriza-se pela presença de agroindústrias familiares, cooperativas e empresas de pequeno, médio e grande porte, diferenciando-se de outras regiões do Estado por sua tradição agroindustrial. Em levantamento realizado pela Emater em 2014, no Vale do Taquari há aproximadamente 350 agroindústrias processadoras de produtos de origem animal e vegetal. A cadeia produtiva de alimentos é a principal determinante do valor adicionado dos municípios.

A agroindustrialização na propriedade vem se destacando no cenário do Estado, por ser uma importante alternativa de geração de renda e reprodução social no meio rural. De acordo com Tremarin et al. (2007), os agricultores familiares, além de se dedicarem ao cultivo e à criação de animais, ainda processam seus alimentos, o que possibilita a maior agregação de renda à propriedade, a manutenção do tecido social local, e o desempenho de uma ação positiva no desenvolvimento rural. Os produtores utilizam a força de trabalho familiar e matéria-prima própria, para o processamento do produto e comercialização, e são os protagonistas do processo. Passam a atuar em toda a cadeia produtiva, revertendo a forma de comercialização que se constituía de uma cadeia longa, com intermediários, para uma cadeia produtiva mais curta, em que têm a possibilidade de absorver renda antes destinada a terceiros. Além disso, essa cultura implica a descentralização e diversificação da produção, a promoção do desenvolvimento local, o fortalecimento dos valores culturais da região e a oferta de produtos que mantêm características e sabores diferenciados.

Considerando a aglomeração produtiva e entendendo a importância do fortalecimento das agroindústrias familiares para o desenvolvimento da região do Vale do Taquari, instituições locais e regionais empreenderam esforços para a formalização do arranjo produtivo local (APL). Assim, em agosto de 2013, o APL foi enquadrado no Programa de Fortalecimento das Cadeias e Arranjos Produtivos Locais do Estado, sob a coordenação da Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (AGDI), integrante da Política Estadual de Fomento à Economia da Cooperação. Normativamente, a política dos APLs está respaldada pelo Decreto n.º 48.936 (Rio Grande do Sul, 2012a) que regulamenta a Lei n.º 13.839 (Rio Grande do Sul, 2011).

Conforme Cassiolato & Lastres (2003) e Cassiolato et al. (2008), os APLs são aglomerações produtivas em um mesmo território, que compreendem agentes econômicos, políticos e sociais com foco de produtividade comum entre si. Nessa esteira, a localização geográfica do APL define a formação de vínculos territoriais, desenvolvimento econômico e social comuns, com grande número de empreendimentos e de indivíduos que atuam em torno da produção e do processamento.

A organização de um APL pode auxiliar a mobilização e a cooperação dos agentes territoriais, implicando, assim, condições de desenvolvimento local ou regional. Segundo Matos (2004), o que

justifica os APLs é a facilitação no processo de transferência e de acumulação de conhecimento e experiências entre os empreendimentos locais. Essas informações disseminadas passam a qualificar o processo decisório de investimentos, tanto na visão de novas oportunidades de mercado e novos produtos como também em novos processos produtivos. Há, ainda, uma redução de custos na transferência de informações, em decorrência da proximidade geográfica dos atores envolvidos. Para Cezarino & Compomar (2006), a eficiência coletiva gerada influencia positivamente o desenvolvimento local, ao criar possibilidades de acúmulo de capital e conhecimento locais. Conforme Humphrey & Schmitz (1998), deve haver na região um conjunto de facilitadores, para que haja realmente a geração de benefícios diretos para todos os seus membros. Além disso, observa-se o fomento de políticas públicas relacionadas aos APLs e às questões de desenvolvimento regional (Schlemper et al., 2016), o que representa uma importante oportunidade para o segmento.

Nesse contexto, identificou-se como problema motivador da pesquisa a carência de informações sobre a situação das agroindústrias no Vale do Taquari. Assim, o problema da pesquisa envolveu as condições determinantes do desenvolvimento daquelas agroindústrias, como: a legalização e formalização, produção e renda, comercialização e acesso aos mercados, processo de gestão dos empreendimentos agroindustriais, principais dificuldades, entre outras. Têm-se observado poucas pesquisas que analisam a situação das agroindústrias em um contexto mais geral. O referido diagnóstico fornecerá subsídios para a elaboração de projetos e planos de desenvolvimento, com vistas à sustentabilidade do APL, trazendo contribuições para o desenvolvimento regional e estadual.

O objetivo do presente trabalho foi realizar um diagnóstico para a análise das principais características do APL das agroindústrias familiares do Vale do Taquari e dos fatores determinantes para o seu desenvolvimento.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa foi realizada no APL das agroindústrias familiares no Vale do Taquari, no estado do Rio Grande do Sul, que compreende 13 municípios do Corede: Anta Gorda, Arvorezinha, Coqueiro Baixo, Dois Lajeados, Doutor Ricardo, Encantado, Ilópolis, Muçum, Nova Bréscia, Putinga, Relvado, Roca Sales, Vespasiano Corrêa. Os municípios foram definidos para enquadramento do APL no Programa de Fortalecimento das Cadeias e Arranjos Produtivos Locais, a partir das Microrregiões 1 (um) e 2 (dois) do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Vale do Taquari, no estado do Rio Grande do Sul (Codeter).

A pesquisa teve abordagens quantitativa e qualitativa. Seu segmento qualitativo permite compreender os sujeitos pesquisados em uma visão ampla. Preocupa-se com o aprofundamento da compreensão de um grupo social de uma organização (Freitas & Jabbour, 2011). Os resultados da pesquisa quantitativa se centram na objetividade, em que se utilizam técnicas estatísticas para apresentar as informações (Fonseca, 2002). A utilização conjunta das pesquisas qualitativa e quantitativa permite coletar mais informações do que se poderia conseguir isoladamente. Essa junção de informações enriquecerá e aprofundará a análise.

Para contemplar essas abordagens, realizaram-se entrevistas semiestruturadas com a participação de um representante de cada agroindústria. A entrevista foca em assunto sobre o qual confeccionou-se um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista (Manzini, 1991). Esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre, e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas.

O roteiro da entrevista contemplou questões relacionadas às seguintes temáticas: faixa etária do proprietário ou proprietária, legalização, pessoas envolvidas na agroindústria, tempo de funcionamento da agroindústria, nível de escolaridade dos proprietários, geração de renda, origem da matéria-prima, tipo e quantidade de produtos produzidos, infraestrutura da agroindústria, mercado de comercialização dos produtos e principais dificuldades enfrentadas.

As entrevistas foram realizadas em 46 (quarenta e seis) agroindústrias participantes do APL, por meio de visitas às unidades agroindustriais, no período de setembro de 2013 a junho de 2015. Cada entrevista teve duração média de duas horas, tendo sido realizadas pelo mesmo entrevistador, para evitar interpretações diferentes.

As informações quantitativas foram transcritas para uma planilha eletrônica do programa Excel, e os dados analisados e gráficos gerados foram analisados. As informações qualitativas foram analisadas e descritas na discussão dos resultados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No período da pesquisa, 46 agroindústrias estavam cadastradas no APL, além de universidades, instituições de pesquisa e extensão, sindicatos e prefeituras. O APL tinha como entidade gestora a Fundação do Alto Taquari de Educação Rural e Cooperativismo (Faterco) e, como coordenadora, a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs).

A partir da análise dos dados, foi possível inferir que o APL é caracterizado pela diversidade de produtos locais processados de origem animal e vegetal. Isso se dá em virtude de a agricultura familiar consolidada na região apresentar conhecimento acumulado quanto à produção e processamento de alimentos e, portanto, tem tradição e cultura. Os tipos alimentos produzidos anualmente pelas 46 agroindústrias do APL compreendem: açúcar mascavo, melado, rapadura, aguardente, carne e embutidos, banha e torresmo, conservas, doces e geleias, nozes, sucos, vinho, massas congeladas, bolachas, pães, cucas, farinha, aipim descascado e congelado, queijos e erva-mate (Tabela 1). Isso mostra a capacidade produtiva de alimentos das agroindústrias da região. Dados apresentados por Feix et al. (2016) apontam que aproximadamente 60% das agroindústrias familiares do estado Rio Grande do Sul estão localizadas nas seguintes regiões dos Coredes: Vale do Rio Pardo, Sul, Serra, Vale do Taquari, Fronteira Noroeste, Missões, Norte, Médio Alto Uruguai, Celeiro e Central.

Tabela 1. Produção anual das agroindústrias familiares integrantes do APL do Vale do Taquari, no estado do Rio Grande do Sul, 2015.

Produtos	(kg ou L)
Queijos e derivados	18.828
Pães, cucas e bolos	64.664
Biscoitos	109.200
Congelados (<i>pizzas, capeletti, tortellini</i> , massas, pastel)	114.998
Conservas	29.250
Doce cremoso, <i>schmier</i>	11.620
Hortaliças	33.924
Sucos	56.680
Nozes descascadas e embaladas	31.000
Vinho	31.500
Farinha de milho	200.000
Açúcar mascavo	56.640
Melado	17.600
Rapadura	24.320
Banha	18.720
Torresmo	2.880
Carne e embutidos	147.820
Erva-mate	2.460.000
Polpa de uva	12.800
Aipim descascado e congelado	242.000
Mirtilo congelado	1.600
Cachaça	42.000

A diversificação dos produtos característicos da região comercializados pelas agroindústrias contribui para o fortalecimento do APL e do território, à medida que diminui a dependência de mercadorias exógenas. A renda obtida pelos produtores é distribuída nos mercados locais, por meio da compra de bens de consumo, e o capital proporcionado pela agregação de valor à agricultura familiar gira não somente no meio rural, mas também no espaço urbano (Wesz Junior et al., 2009). Tremarin et al. (2007) ressaltam que as agroindústrias familiares voltadas ao processamento de alimentos estão culturalmente enraizadas e que, além de gerar renda, contribuem para a manutenção do tecido social local, desempenhando uma ação positiva sobre o desenvolvimento local.

Destaca-se que o APL não se limitou somente às agroindústrias familiares, mas também permitiu a adesão das empresas processadoras de alimentos, caracterizadas como de pequeno e médio porte, como uma estratégia de fortalecimento e sustentabilidade. Dos empreendimentos analisados, 56,52% das agroindústrias estão enquadradas no Programa Estadual de Agroindústria Familiar, conforme Lei nº 13.921 de 17 de janeiro de 2012 (Rio Grande do Sul, 2012c), Decreto nº 49.341 de 05 de julho de 2012 (Rio Grande do Sul, 2012b) e Resolução nº1 de 21 de junho de 2013 (Rio Grande do Sul, 2013). Conforme Rio Grande do Sul (2017), para participação no Programa é necessário atender aos seguintes requisitos: a) possuir a declaração de aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) – DAP física, conforme Lei Federal nº 11.326/2006; b) produzir a matéria-prima (Decreto Estadual nº 37.699/97); c) ter enquadramento como microprodutor rural, conforme definido na Lei Estadual nº 10.045/93; e d) intenção de formalizar o empreendimento conforme a legislação vigente.

Na pesquisa, observou-se que as agroindústrias integrantes do APL apresentam boa maturidade, e que estão em atividade, conforme a seguir: 46% há mais de 7 anos; 19%, entre 3 e 6 anos; e 35%, há menos de 3 anos (Figura 1). Segundo Bedê (2016), os dois primeiros anos são os mais difíceis de serem ultrapassados pelas empresas para continuar no mercado; passado esse período, há grandes chances de permanência.

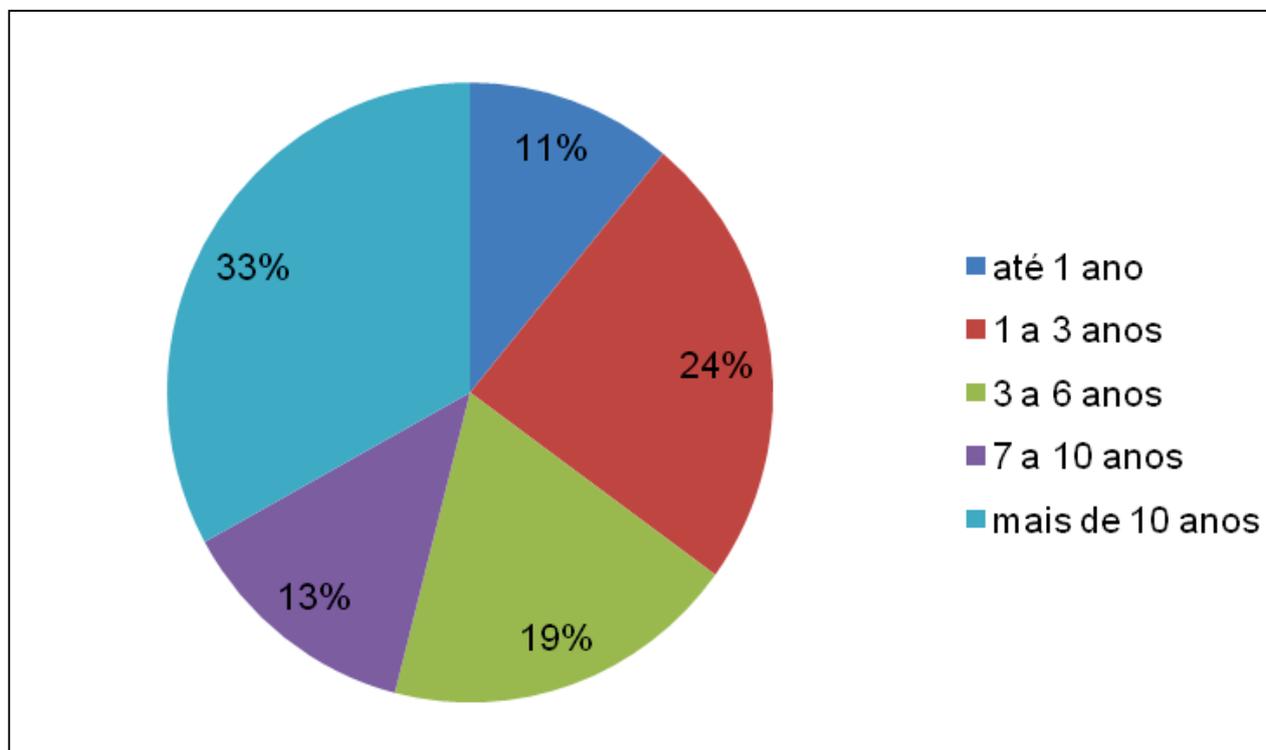


Figura 1. Tempo de funcionamento das agroindústrias legalizadas integrantes do APL do Vale do Taquari, no estado do Rio Grande do Sul, 2015.

As quarenta e seis agroindústrias entrevistadas são compostas por: 50% que manufacturam produtos de origem vegetal, cuja licença foi obtida junto à 16.^a Coordenadoria de Saúde ou Vigilância Sanitária; 10,9%, com licença pelo Serviço de Inspeção Municipal (SIM); 2,2%, pela Coordenadoria de Inspeção de produtos de origem animal (Cispoa); e 2,2%, pelo Serviço de Inspeção Federal (SIF). As demais agroindústrias (34,8%) estavam em processo de legalização no momento da entrevista. A falta de legalização limita a comercialização de empreendimentos e o volume de produtos produzidos no APL; a formalização representa sobretudo um grande aliado para o controle e a qualidade na transformação de matérias primas, o que garante a produção de alimentos seguros. Assim, o apoio às agroindústrias para a legalização é uma das principais ações da governança do APL. O processo de obtenção da legalização foi indicado como uma das dificuldades enfrentadas pelas agroindústrias (Tabela 2). Segundo relatos dos proprietários, as dificuldades para obter a licença estão associadas à burocracia envolvida durante o processo de formalização, ao alto custo para manter responsáveis técnicos e à falta de uma legislação específica para agroindústrias familiares ou de pequeno porte. A partir de entrevistas com os gestores das agroindústrias, diagnosticaram-se como as principais vantagens da legalização a possibilidade de se comercializar produtos via políticas públicas, como o Programa Nacional da Alimentação Escolar- (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e o aumento do volume de produtos comercializados e aumento da clientela (Fernandes & Engel, 2016). Ademais, os gestores admitem que o pagamento de taxas e impostos são as principais desvantagens da legalização.

Os dados levantados com as agroindústrias apontam que, do total do volume de produtos produzidos no APL, 8,5% são comercializados dentro do município de localização da agroindústria, 80,3% em outros municípios dentro do estado do Rio Grande do Sul, e 11,2% são vendidos fora do estado. Esses percentuais ocorrem pelo fato de que, no APL, os produtos de origem vegetal – que representam o maior volume produzido – possuem autorização para comercializar fora do município. Na maioria dos casos, os destinos de venda dos produtos são: mercados, 73,7%; direto ao consumidor final, 10,7%; merenda escolar, 1,5%; e outros tipos de comércio, como distribuidores, 14%.

Quanto à matéria-prima, 42,9% das agroindústrias do APL utilizam somente matéria-prima produzida na propriedade rural, o que proporciona autonomia e diminuição dos custos de produção; 40,5% produzem a matéria-prima e compram uma parcela de outras propriedades; e apenas 16,6%

Tabela 2. Principais dificuldades indicadas pelas agroindústrias integrantes do APL do Vale do Taquari, do estado do Rio Grande do Sul, 2015.

Dificuldades apontadas	Percentual das indicações
Falta de mão de obra	17,4
Falta de matéria-prima	15,2
Alto custo da mão de obra	13
Dificuldade com processo de legalização e burocracia para o pequeno produtor	13
Altos custos de produção (responsável técnico, energia elétrica)	10,9
Equipamentos - falta de ou inadequação	8,7
Falta de assistência técnica e/ou desconhecimento de técnicas adequadas de produção	8,7
Falta de tecnologia adequada	6,5
Falta de mão de obra capacitada	6,5
Relacionamento interpessoal entre associados	6,5
Altos impostos e taxas, concorrência desleal com os não legalizados	6,5
Estrutura física inadequada	4,3
Alto custo da matéria-prima e insumos	4,3
Padronização da matéria-prima	2,2
Dificuldade para vender com bloco do produtor	2,2
Produto com pouco valor agregado	2,2
Baixa escala de produção	2,2
Necessidade de buscar produtos e serviços em outros municípios	2,2
Aceitação do produto no mercado	2,2

utilizam somente matéria-prima adquirida. Nas entrevistas, ressaltou-se que a falta de matéria-prima é um dos principais fatores limitantes para a utilização da capacidade produtiva e o crescimento da agroindústria. Segundo Santos & Ferreira (2006), as agroindústrias que produzem a matéria-prima conseguem se estabilizar em menos tempo, pelo fato de que sofrerão menores impactos com as oscilações de preço, disponibilidade e qualidade. Portanto, a necessidade de busca de parte da matéria-prima pelas agroindústrias nos mercados regionais, em razão da não produção da totalidade dessa matéria, representa um efeito indutor à produção nos mercados regionais e de abertura de oportunidades para outros agricultores e atores sociais.

Com relação à produção, 64% das agroindústrias relataram utilizar menos de 60% da capacidade produtiva, e apenas 18% utilizam mais de 80% da capacidade total de processamento (Figura 2). Esta subutilização da capacidade produtiva está relacionada à carência de mão de obra e à falta de matéria-prima na propriedade e de fornecedores. A justificativa para a não utilização de toda a capacidade produtiva, apontada pelos entrevistados, foi o fato de a atividade demandar trabalho em todas as etapas – desde o plantio e produção até a comercialização –, o que dificulta o aumento do volume de processamento, principalmente no caso das agroindústrias familiares.

Quando questionados sobre os equipamentos e o tempo de uso deles, observou-se que 11,2% das agroindústrias possuem equipamentos com mais de 10 anos de uso, 15,6% delas possuem equipamentos novos, com até um ano de uso e, destas, 60% relataram que adquiriram equipamentos através do Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais (Feaper), que tem como objetivo fornecer subsídios para alavancar a agricultura familiar, para melhorar a estrutura do estabelecimento e aumentar a escala de produção.

Na entrevista, quando questionados sobre as principais dificuldades enfrentadas, 17,4% dos produtores citaram a falta de mão de obra, 15,2% apontaram a falta de matéria-prima e, 13%, o alto custo da mão de obra (Tabela 2). A falta de mão de obra foi também apontada como uma das principais dificuldades enfrentadas por agroindústrias em outras regiões, em que essa falta é relacionada ao

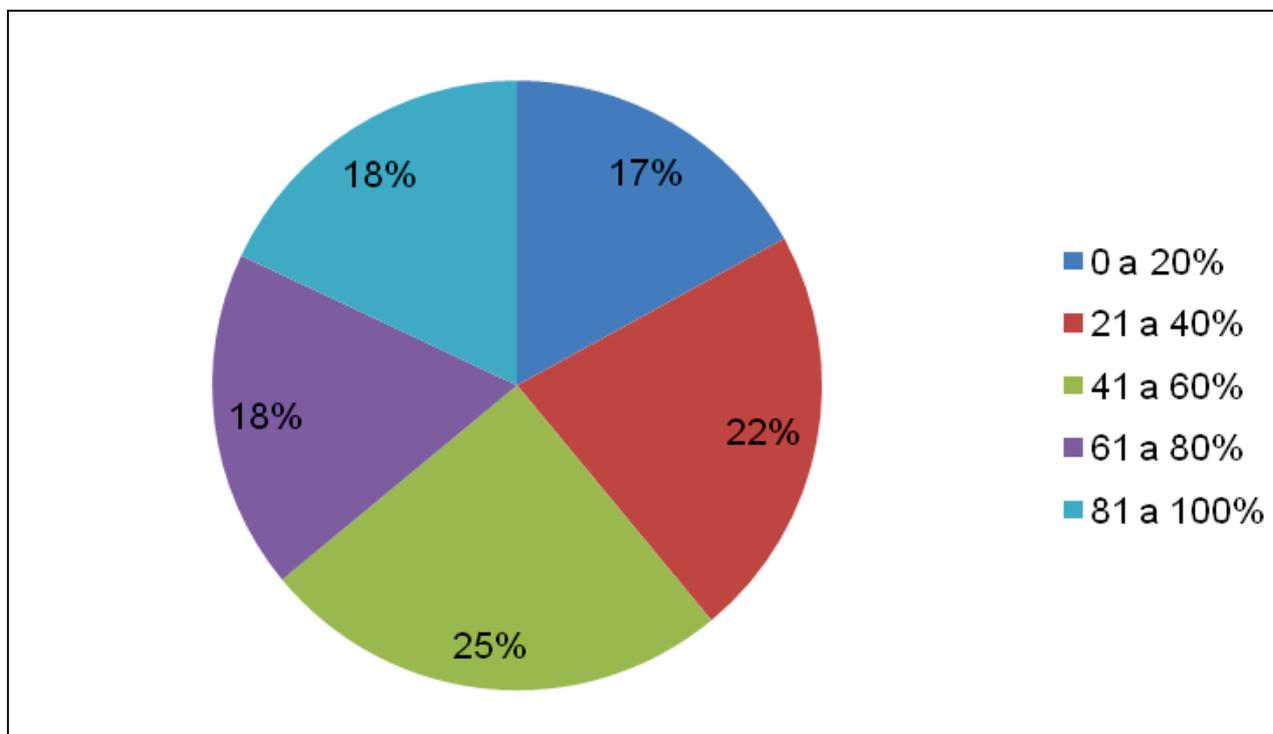


Figura 2. Capacidade produtiva utilizada pelas agroindústrias integrantes do APL Vale do Taquari, no estado do Rio Grande do Sul, 2015.

envelhecimento da população e à emigração dos jovens, devido às poucas oportunidades que lhes são oferecidas (Bortoluzzi, 2013).

Segundo Silvestro et al. (2001), o processo de sucessão tanto de empresas urbanas como rurais vem sendo assunto de muita discussão e dúvidas. Do total proprietários das agroindústrias do APL 36,9% têm idade acima de 51 anos, e apenas 6,5% têm até 29 anos (Figura 3). Esses dados corroboram os de outras pesquisas realizadas (Carvalho, 2007; Ahlert, 2009), que indicam o envelhecimento da população no meio rural, com efeitos sobre a sucessão familiar no Vale do Taquari. Ahlert (2009) constatou que quase metade das propriedades que foram pesquisadas (48,3% do total) estava com sérias dificuldades para continuar produtiva, por falta de pessoas para manter a propriedade em funcionamento. A sucessão familiar é um desafio, porém, o fato de uma propriedade ser rentável e bem estruturada pode tornar-se um incentivo para sua permanência. Nesse sentido, a participação das agroindústrias em APL e, conseqüentemente, incrementos nos negócios, representam ações importantes para auxiliar a promoção da manutenção dos jovens no meio rural. Uma pesquisa nos três estados do Sul do Brasil, realizada pelo Ministério da Integração Nacional em 2004 e citada por Wesz Junior (2009), apontou que em 74% das propriedades com agroindústria familiar não houve a migração de nenhum membro da família para o meio urbano. E que, em 37% dos casos, aconteceu a migração de volta para o meio rural de indivíduos do grupo doméstico que estavam morando na cidade e que, com a consolidação da agroindústria na propriedade, retornaram ao estabelecimento para auxiliar o desenvolvimento da atividade.

Observando-se as dificuldades apontadas, é possível notar que elas estão relacionadas entre si. A baixa escala de produção está relacionada a outras dificuldades citadas, como a falta de tecnologia, falta de equipamentos, além da carência da mão de obra. Tratando-se de pequenos estabelecimentos e com pouca tecnologia disponível, é fundamental a diferenciação do produto, como forma de agregar valor. Nos últimos anos, as agroindústrias do APL têm participado de feiras regionais, expondo e comercializando seus produtos nos pavilhões da agroindústria familiar. Por meio dessas experiências, os produtores têm buscado a inovação e diferenciação dos produtos e conquistado premiações de destaque nas feiras e na mídia. Essa é uma das estratégias incentivadas pelo APL, para agregar maior

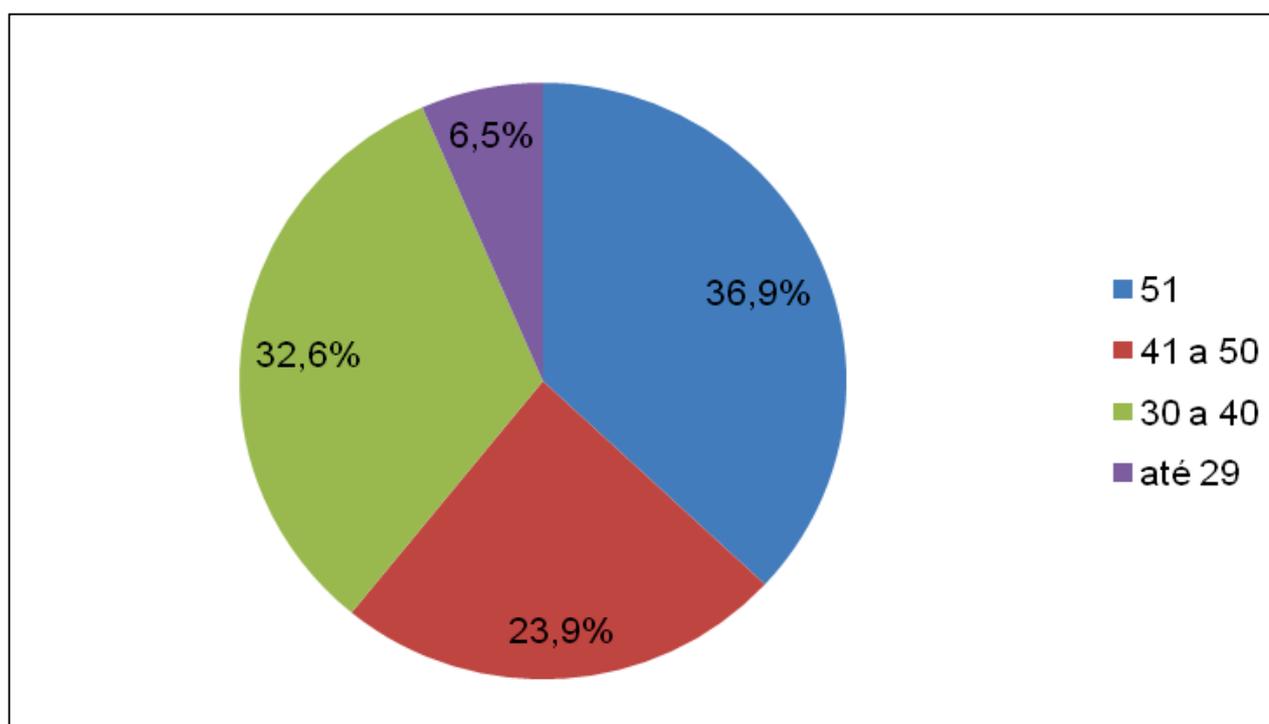


Figura 3. Faixa etária dos responsáveis pelas agroindústrias integrantes do APL do Vale do Taquari, no estado do Rio Grande do Sul, 2015.

valor aos produtos agroindustriais, sem a necessidade de produzir em grande escala, e para tornar viáveis os pequenos empreendimentos.

A produção de alimentos através da agroindustrialização, muitas vezes, aparece como fonte complementar de renda, porém, no APL Vale do Taquari, a atividade agroindustrial mostra ser fundamental na obtenção de renda familiar. Para 65,2% das famílias, a principal fonte de renda é oriunda da agroindústria; 23,9% das famílias dependem principalmente de outras atividades dentro da própria propriedade; e 10,8% têm como principal fonte de renda outras atividades fora da propriedade. Desta forma, a produção agroindustrial pode influenciar a permanência dos agricultores, inclusive os mais jovens, no meio rural. As atividades de beneficiamento da produção e comercialização proporcionam mais autonomia aos agricultores, pois são uma estratégia desenvolvida pela família para garantir sua reprodução social, econômica e cultural. A agroindústria representa uma estratégia de reprodução social e de desenvolvimento rural importante na agricultura familiar, pois contribui para a fixação das famílias no campo, pela diversificação de atividades produtivas nas propriedades rurais, geração de trabalho e agregação de renda. Para Ploeg (2000), nessa perspectiva de desenvolvimento rural, os agricultores não são sujeitos passivos, alvos de políticas e ações, mas sim profissionais autônomos, em condições de atuar como gestores na propriedade rural, bem como no processo de desenvolvimento rural.

Apesar de as mulheres estarem em menor número no meio rural no Rio Grande do Sul, observou-se que 60% da mão de obra das agroindústrias do APL é feminina. Este dado corrobora os de Tremarin et al. (2007), que indicam que as mulheres são as principais responsáveis pelo processamento de alimentos em estabelecimentos agroindustriais. No contexto da agroindustrialização familiar, a mulher desempenha papel importante no processo de definição e elaboração dos produtos, tendo em vista a bagagem de conhecimento acumulado na transformação e armazenamento de alimentos nas propriedades, muitas vezes para autoconsumo e venda do excedente diretamente aos consumidores e a alguns pontos de venda do comércio local. No setor de farináceos do Corede Fronteira Noroeste, as mulheres aparecem em maior número como gestoras do negócio, mostrando a ascensão do gênero feminino também na gestão desse tipo de empreendimento (Fernandes & Engel, 2016).

Estudos sobre a configuração da população rural no Brasil apontam para a evasão predominante de jovens e mulheres em várias regiões, o que resulta no envelhecimento e na masculinização do meio rural. A diminuição da presença feminina pode comprometer a formação da família e, conseqüentemente a sustentabilidade social desses territórios, principalmente o desenvolvimento da agricultura familiar (Camarano & Abramovay, 1999; Anjos & Caldas, 2005; Costa et al., 2013). No Rio Grande do Sul, realizou-se um estudo que analisa o processo de masculinização da população rural nos diferentes sistemas agrários e verificou-se que, nas regiões caracterizadas pela forte presença da agricultura familiar, ocorre a permanência de um percentual representativo de mulheres e, conseqüentemente, essas regiões apresentam menores valores de razão de sexo (Costa et al., 2013). Isso é decorrente do tipo de atividade e das tarefas envolvidas.

Observou-se que nas agroindústrias familiares, as estratégias de organização estão frequentemente associadas à participação de todos os membros da família nas atividades de produção e beneficiamento. Nesse contexto, de fato, a agroindústria desempenha um papel importante na manutenção dos jovens, inclusive das mulheres no meio rural.

Com relação ao nível de escolaridade, 34% dos responsáveis pelas agroindústrias do APL têm ensino fundamental incompleto, e apenas 9% ensino superior completo (Figura 4). Assim, a assistência técnica é fundamental para orientar e apoiar os produtores durante toda a cadeia produtiva, já que a atividade agroindustrial é complexa e dinâmica, e os mercados estão em constantes transformações, exigindo dos empreendedores o contínuo aperfeiçoamento (Santos & Ferreira, 2006).

Da totalidade das agroindústrias, 69,5% declararam receber assistência técnica, das quais 87,5% são atendidas pela Emater/RS - Ascar, que é a principal instituição de extensão rural e assistência técnica no Vale do Taquari (Figura 5). A Emater/RS - Ascar também é citada como principal instituição de apoio às agroindústrias em outras regiões do Rio Grande do Sul (Santos & Ferreira, 2006; Cenci,

2007). Girelli et al. (2015) observaram que o auxílio técnico às agroindústrias familiares do APL melhora as condições de boas práticas de fabricação desses empreendimentos. Assim, ressalta-se a importância da capacitação e da extensão rural no aprimoramento das técnicas de produção e gerenciamento da agroindústria. Da totalidade de estabelecimentos entrevistados, 80,4% participaram de algum curso de aperfeiçoamento, entre eles o de boas práticas de fabricação, processamento de alimentos, gestão de micro e pequena empresa e empreendedorismo. Ainda com relação à assistência técnica, a constituição do APL tende a aumentar o entrosamento e a cooperação entre agroindústrias

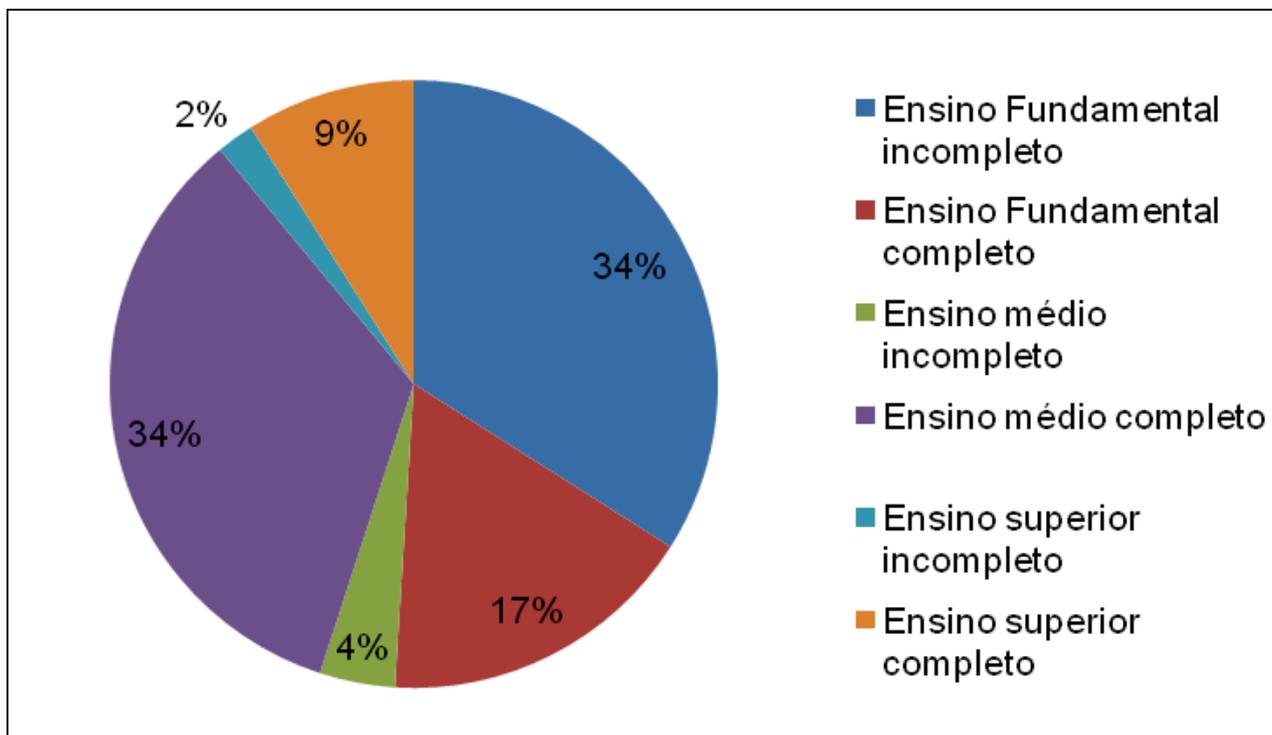


Figura 4. Nível de escolaridade dos responsáveis pelas agroindústrias integrantes do APL do Vale do Taquari, no estado do Rio Grande do Sul, 2015.

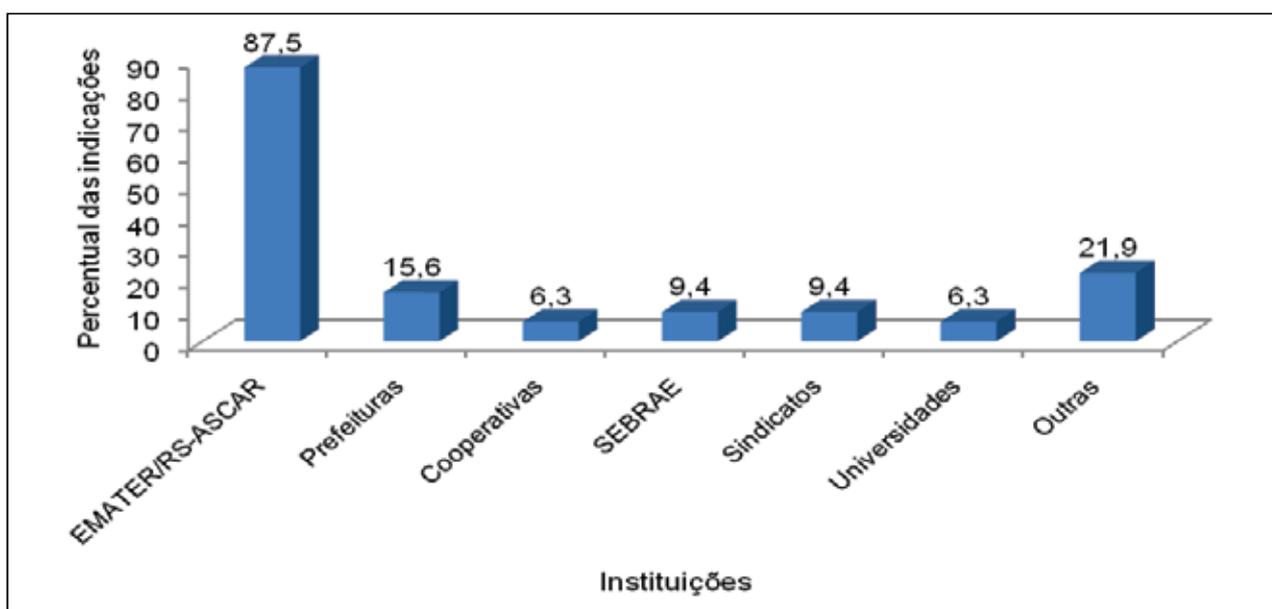


Figura 5. Assistência técnica recebida pelas agroindústrias integrantes do APL do Vale do Taquari, no estado do Rio Grande do Sul, 2015.

e instituições, como universidades e outros agentes de capacitação. Essas iniciativas possibilitam o atendimento para solução de fragilidades de gestão dos produtores e da qualificação da mão de obra. Portanto, a assistência técnica é uma via de mão dupla, pois essas relações também proporcionam atividades de pesquisa e extensão universitária, pois fornece aos alunos a possibilidade de aplicar diretamente os conhecimentos acadêmicos adquiridos e contribui para formação dos futuros profissionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As agroindústrias caracterizam-se pela diversificação de produtos de origem animal e vegetal e, em conjunto com a diferenciação e valorização do produto artesanal, contribuem para a sustentabilidade do APL e o fortalecimento do território. A principal fonte de renda da maioria das famílias é oriunda das suas agroindústrias. Na região, essa fonte de renda não é vista como uma atividade complementar, já que passou a ser a origem do sustento de muitas famílias.

A falta da mão de obra e de matéria-prima estão vinculadas, pois há grande demanda de trabalho de diversas atividades na propriedade pelos membros do grupo familiar que, desse modo, não conseguem dar conta de todas as operações e processos envolvidos na produção do alimento. Por fim, ressalta-se que a agroindustrialização como forma de geração de renda, se constitui como importante ferramenta para o incentivo à sucessão rural, problema cuja demanda por solução já é relatado há tempos no Estado do Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIAS

- AHLERT, L. Sucessão das atividades na agricultura familiar. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47., 2009, Porto Alegre. **Desenvolvimento rural e sistemas agroalimentares: os agnegócios no contexto de integração das nações: anais**. Porto Alegre: SOBER, 2009.
- ANJOS, F.S.; CALDAS, N.V. O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização. **Ensaio FEE**, v.26, p.661-694, 2005.
- BEDÊ, M.A. (Coord.). **Sobrevivência das empresas no Brasil**. Brasília: SEBRAE, 2016. 96p.
- BORTOLUZZI, D.L. **Agroindústria familiar rural e desenvolvimento econômico: um estudo no município de Doutor Maurício Cardoso/RS**. 2013. 91p. Trabalho de Conclusão (Graduação) - Faculdade Horizontina, Horizontina.
- CAMARANO, A.A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: Panorama dos últimos 50 anos**. Rio de Janeiro: Ipea, 1999. (Ipea. Texto para discussão, 621).
- CARVALHO, V.R.F. Sucessão da atividade na pequena propriedade rural na perspectiva da família e de gênero. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 45., 2007, Londrina. **Conhecimentos para a agricultura do futuro: anais**. Brasília: Sober; Londrina: Universidade Estadual de Londrina: IAPAR, 2007.
- CASSIOLATO, J.E.; LASTRES, H.M.M. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, H.M.M.; CASSIOLATO, J.E.; MACIEL, M.L. (Org). **Pequena Empresa: Cooperação e Desenvolvimento Local**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, Instituto de Economia, 2003. p.21-34.
- CASSIOLATO, J.E.; MATOS, M.P. de; LASTRES, H.M.M. (Org). **Arranjos produtivos locais: uma alternativa para o desenvolvimento: criatividade e cultura**. Rio de Janeiro: E-papers, 2008. v.1.
- CENCI, A. **Análise do perfil das agroindústrias familiares situadas na região do Condesus**. 2007. 139p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.
- CEZARINO, L.O.; CAMPOMAR, M.C. Vantagem competitiva para micro, pequenas e médias empresas: *clusters* e APLs. **Economia & Gestão**, v.6, 2006. Não paginado.
- COSTA, C. da; FROELICH, J.M.; CARPES, R.H. Masculinização rural: uma abordagem a partir da regionalização por sistemas agrários no Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.30, p.465-483, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-30982013000200007>.
- FEE. Fundação de Economia e Estatística. **Perfil Socioeconômico RS – COREDES: Corede Vale do Taquari**. Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<https://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/>>. Acesso em: 21 ago. 2019.

- FEE. Fundação de Economia e Estatística. **Perfil Socioeconômico RS – COREDES: Corede Vale do Taquari**. Porto Alegre, 2017. Disponível em: <<https://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/>>. Acesso em: 21 ago. 2019.
- FEIX, R.D.; LEUSIN JÚNIOR, S.; AGRANONIK; C. **Painel do agronegócio no Rio Grande do Sul — 2016**. Porto Alegre: FEE, 2016.
- FERNANDES, D.M.M.; ENGEL, B. da S. Agroindústrias familiares rurais: vantagens e desvantagens da legalização. **Redes**, v.21, p.183-214, 2016. DOI: <https://doi.org/10.17058/redes.v21i3.6904>.
- FONSECA, J.J.S. da. **Metodologia da pesquisa científica**. [S.l.: s.n.], 2002. 127p. Apostila.
- FREITAS, W.R.S.; JABBOUR, C.J.C. Utilizando estudo de caso(s) como estratégia de pesquisa qualitativa: boas práticas e sugestões. **Estudo & Debate**, v.18, p.7-22, 2011.
- GIRELLI, A.; KOLCHINSKI, E.M.; BIONDO, E.; SANT'ANNA, V. Análise da aplicação das boas práticas de fabricação nas agroindústrias familiares do arranjo produtivo local do Vale do Taquari. **Revista Eletrônica Científica da UERGS**, v.1, p.50-57, 2015. DOI: <https://doi.org/10.21674/2448-0479.11.50-57>.
- HUMPHREY, J.; SCHMITZ, H. Trust and inter-firm relations in developing and transition economies. **Journal of Development Studies**, v.34, p.32-61, 1998. DOI: <https://doi.org/10.1080/00220389808422528>.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial>>. Acesso em: 2 out. 2014.
- MANZINI, E.J. A entrevista na pesquisa social. **Didática**, v.26/27, p.149-158, 1990/1991.
- MATOS, M.P. de. **Políticas públicas para arranjos produtivos locais: o arranjo de gemas de Teófilo Otoni – Minas Gerais**. 2004. 121p. Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- PLOEG, J.D. van der; RENTING, H.; BRUNORI, G.; KNICKEL, K.; MANNION, J.; MARSDEN, T.; ROEST, K. de ; SEVILLA-GUZMÁN, E.; VENTURA, F. Rural Development: from practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, v.40, p.391-408, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1111/1467-9523.00156>.
- RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 48.936, de 20 de março de 2012. Regulamenta o Programa Estadual de Fortalecimento de Cadeias e Arranjos Produtivos Locais, instituído pela Lei nº 13.839, de 5 de dezembro de 2011, e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Estado do Rio Grande do Sul**, 21 mar. 2012a. p.1-3.
- RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 49.341, de 5 de julho de 2012. Cria o Programa de Agroindústria Familiar do Estado do Rio Grande do Sul, institui o selo de marca de certificação “Sabor Gaúcho” e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Estado do Rio Grande do Sul**, 6 jul. 2012b. p.6-7.
- RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 13.839, de 5 de dezembro de 2011. Institui a Política Estadual de Fomento à Economia da Cooperação, cria o Programa de Cooperativismo, o Programa de Economia Popular e Solidária, o Programa Estadual de Fortalecimento das Cadeias e Arranjos Produtivos Locais, o Programa Gaúcho de Microcrédito e o Programa de Redes de Cooperação, e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Estado do Rio Grande do Sul**, 6 dez. 2011. p.1-4.
- RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 13.921, de 17 de janeiro de 2012. Institui a Política Estadual de Agroindústria Familiar no Estado do Rio Grande do Sul. **Diário Oficial [do] Estado do Rio Grande do Sul**, 18 jan. 2012c. p.1-2.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo. Resolução nº 1, de 21 de junho de 2013. Regulamenta o Programa Estadual de Agroindústria Familiar do Estado do Rio Grande do Sul, o uso do selo de marca de certificação “Sabor Gaúcho” e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Estado do Rio Grande do Sul**, 25 jun. 2013. p.56-58.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo. **Programa Estadual de Agroindústria Familiar: manual operativo**. Porto Alegre: Departamento de Agricultura Familiar e Agroindústria, 2017.
- SANTOS, R.C. dos; FERREIRA, C.H. Caracterização de agroindústrias familiares localizadas na área de abrangência da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul. **Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável**, v.2, p.35-44, 2006.
- SCHLEMPER, A.L.; MARINI, M.J.; BERNARTT, M. de L. Arranjos produtivos locais e desenvolvimento regional: diagnóstico dos APLS da região sudoeste do Paraná. **Redes**, v.21, p.36-55, 2016. DOI: <https://doi.org/10.17058/redes.v21i1.4749>.
- SILVESTRO, M.L.; ABRAMOVAY, R.; MELLO, M.A. de; DORIGON, C.; BALDISSERA, I.T. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri: Brasília: Nead, 2001. 120p.
- TREMARIN, I.C.; SCHMITZ, J.A.K.; WAGNER, S.A. Desenvolvimento rural e agroindústria familiar: um estudo na regional sindical da Serra do Alto Taquari. In: MENASCHE, R. (Org.). **A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari**. Porto Alegre: UFRGS, 2007. p.120-129.
- WESZ JUNIOR, V.J.; TRENTIN, I.C.L.; FILIPPI, E.E. Os reflexos das agroindústrias familiares para o desenvolvimento das áreas rurais no Sul do Brasil. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, v.6, p.59-85, p.59-85, 2009.